



PROJETO PEDAGÓGICO DA RSE

MARCO REFERENCIAL

DOCUMENTOS DA RSE - 01

(Versão: janeiro 2005)

INDICE

MARCO REFERENCIAL DO PROJETO PEDAGÓGICO

Introdução

I. Marco Situacional – a escola salesiana

II. Marco Doutrinal – projeto de pessoa e de sociedade

A – Perfil do Educando

B – Crenças e valores

C – Educação integral

D – Formação em valores e atitudes

III. Marco Operativo – Princípios Pedagógicos

A – Princípios gerais

B – Princípios orientadores do processo de ensino-aprendizagem.

Avaliação Escolar

C – Concepção Curricular

Plano curricular

Estrutura de sistema

Trabalho coletivo

Especificação de áreas

D – Organização dos conteúdos

Conteúdos mínimo

Conteúdos expandidos

E – Tempos e espaços

IV – A RSE a serviço da educação

A – Formação dos educandos

Livro Didático

Outras publicações

B – Formação dos educadores

C – Apoio aos pais

V. Avaliação permanente

Bibliografia

Apresentação

Apresentamos para as comunidades educativas esta edição impressa do Marco Referencial do Projeto Pedagógico da RSE. Este texto é a expressão dos principais horizontes e perspectivas pedagógicas acalentadas pelos educadores e educadoras da rede.

A prática educativa salesiana, cotidianamente realizada em todos rincões da nossa pátria, está fundamentada por grandes ideais educativos.

Localmente, esta prática educativa está ancorada em projeto pedagógico elaborado por cada comunidade educativa.

Este marco que apresentamos foi elaborado a partir destes projetos, desta prática e da atual reflexão pedagógica. Esta atual elaboração iniciou-se em setembro de 2002. A partir desta data, com a colaboração e a com a participação de muitos educadores, foi sendo construído este marco referencial. Ele não tem a pretensão de ser estático nem definitivo, mas, ser uma referência ampla que possa inspirar o ministério educativo das escolas parceiras da RSE.

Contendo os horizontes, os sonhos e as grandes metas da rede, este referencial encontrará nas comunidades educativas sua real concretização.

Atenta às avaliações e necessidades das escolas parceiras, a presidência encaminhará as futuras e oportunas atualizações deste marco referencial.

Este projeto foi construído coletivamente, seu futuro dependerá muito da continuidade desta importante maneira de se fazer a rede.

A criatividade e a paixão educativa das comunidades garantirão o brilho e a fecundidade deste marco referencial do projeto pedagógico da RSE.

A Presidência

Brasília, 31 de janeiro de 2005.

REDE SALESIANA DE ESCOLAS

Marco Referencial do Projeto Pedagógico

INTRODUÇÃO

1. No Brasil desde 1883, a ação salesiana no campo educativo inicia neste momento uma nova fase, com a constituição da Rede Salesiana de Escolas (RSE).
2. A RSE apresenta aos seus educadores, aos pais de seus alunos e a todos os envolvidos na formação dos educandos, este Marco Referencial que define e orienta seu trabalho educativo e que inspira a criação dos recursos pedagógicos necessários para a sua implantação.
3. Este Marco apresenta os princípios básicos, as metas e as orientações metodológicas da RSE. É o paradigma para as ações da RSE nas escolas. Particularmente, subsidia a ação educativa nos campos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.
4. A sistematização de uma reflexão e de uma prática acumulada ao longo dos últimos 150 anos, em mais de 120 países, revela a força da intuição da proposta educativa salesiana, que se constitui numa referência para a ação educativa no Brasil e no mundo.
5. A RSE leva muito a sério o binômio tradição-inovação. Desde suas origens, as escolas salesianas entenderam e acolheram as dificuldades e mudanças de cada época como oportunidades para extrair de seu rico patrimônio pedagógico novas e criativas respostas para os desafios de cada momento.
6. O marco referencial de uma rede de ensino só adquire real significado quando percebido como processo no contexto de uma sociedade e de um momento histórico determinado. Por isso, é de fundamental importância a seleção cuidadosa e criteriosa dos conhecimentos, valores e métodos que essa sociedade propõe para a educação de suas crianças e jovens.
7. A RSE assume, portanto, os desafios contemporâneos e, mediante suas instituições educativas, oferece uma resposta concreta, sistemática e ampla para a formação continuada e integral de seus próprios protagonistas, educandos e educadores.

I.MARCO SITUACIONAL - A ESCOLA SALESIANA

Sintonizada com os desafios e programas educacionais do Brasil, a RSE segue as orientações da Lei das Diretrizes e Bases (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em permanente diálogo com o carisma e a missão salesiana.

8. Construir um projeto de escola centrado nas relações entre pessoas comprometidas com a transformação da realidade em que estão inseridas, visando à contínua e indispensável formação de uma comunidade educativa: é esse o desafio que o legado pedagógico de Dom Bosco (1815-1888) e de Madre Mazzarello (1837-1881), fundadores da Família Salesiana, coloca para a RSE. Desde sua origem no século XIX, o estilo salesiano de educar inspira-se nos valores cristãos e pauta-se no

paradigma de educar pelo amor, sob o prisma da inclusão e da reciprocidade.

9. Os princípios que fundamentam este Marco Referencial fazem da escola que integra a RSE um espaço educativo para aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a crer:

- a) espaço educativo para *aprender a aprender*, resgatando a função primeira da escola que é formar a pessoa, preparando-a para discernir e enfrentar as mudanças de uma sociedade em constante transformação;
- b) espaço educativo para *aprender a fazer*, onde se oferecem condições, proporcionais ao estágio de desenvolvimento do educando, para a aquisição de habilidades e competências práticas;
- c) espaço educativo para *aprender a ser*, isto é, um ambiente favorável à construção e enriquecimento da identidade pessoal e coletiva;
- d) espaço educativo para *aprender a conviver*, o que significa que, além de acolher o aluno e sua família numa comunidade diferenciada, o modo de trabalho deve permitir a vivência de situações especialmente planejadas para a formação de uma identidade ativa e solidária com o grupo social;
- e) espaço educativo para *aprender a crer*, tanto em relação aos valores essenciais à convivência humana e à promoção da dignidade da pessoa quanto em relação aos valores transcendentais cristãos.

10. Tudo isso obriga a pensar a escola como espaço privilegiado de comunicação de idéias e ideais, de reflexão e ação, de solidariedade e respeito às diferenças. Desse modo, a organização da escola, a metodologia de trabalho, os referenciais teóricos e os recursos didáticos são instrumentos para a construção desse projeto, além de caminho de qualificação constante para os educadores da RSE.

II. MARCO DOUTRINAL - PROJETO DE PESSOA E DE SOCIEDADE –

A educação salesiana está a serviço da formação integral da pessoa. Sua missão é “fornecer razões de vida e de esperança às novas gerações, mediante um saber e uma cultura elaborados criticamente, com base na concepção da pessoa e da vida inspirada nos valores evangélicos”¹.

A - Perfil do educando

11. O Marco Doutrinal da RSE redefine modelos, estilos e conteúdos educativos e faz disso uma contribuição valiosa para a formação crítica, ética, social e política do educando, possibilitando-lhe o exercício renovado de uma cidadania participativa, construtiva e solidária.

12. Esse Marco nasce de uma visão humanista e cristã, em sintonia com o carisma da educação salesiana, sendo esta voltada para a formação integral da pessoa como “honesto cidadão e bom cristão”², de homens e mulheres capazes de:

- a) descobrir o sentido de suas vidas num contexto mutável, flexível, de múltiplos significados;
- b) descobrir o prazer de construir a própria identidade com liberdade e responsabilidade;

- c) comprometer-se consigo mesmos; e com os outros mediante a vivência de uma cidadania ativa e responsável;
- d) buscar a felicidade mediante o desenvolvimento de suas capacidades, a convivência e a interação solidária;
- e) construir uma síntese entre vida, cultura, ciência e fé;
- f) compreender todas essas tarefas como um caminho para o crescimento contínuo, a vida inteira.

B - Crenças e valores

13. Na base motivadora dessa tarefa educativa, e dando-lhe consistência, encontram-se as crenças de que:

- a) na comunidade educativa, todos são educadores e vivem essa sua missão como compromisso de vida;
- b) todo educando traz consigo potencialidades para o desenvolvimento e a prática do bem;
- c) o educando é o protagonista de sua própria formação e de sua história;
- d) é possível educar evangelizando e evangelizar educando;
- e) o estilo de educação configura-se não só como método, mas também como espiritualidade;
- f) a reciprocidade é o melhor caminho tanto para se entender o relacionamento entre as pessoas como para promovê-lo.

14. Há igualmente valores na base motivadora do projeto da RSE, operacionalizados no cotidiano da ação educativa:

- a) a presença propositiva do educador entre os educandos;
- b) a preventividade, uma das marcas da proposta educativa salesiana, entendida como geradora de um conjunto de atitudes e ações no relacionamento entre educador e educando, em vista do futuro, na consciência de que é melhor “prevenir do que reprimir”;
- c) o ambiente educativo, que favorece o relacionamento em um clima de acolhida, de alegria e de co-responsabilidade;
- d) as forças interiores, configuradas no trinômio razão, religião e amor educativo³, às quais se faz constante apelo na experiência educativa salesiana;

C - Educação integral

15. A formação integral exige uma ação educativa capaz de proporcionar o desenvolvimento harmônico e progressivo de todas as dimensões do ser humano, a saber:

- a) *dimensão psicomotora*, para a aceitação do corpo, a potencialização das habilidades físicas e motoras, a aquisição de hábitos saudáveis de vida e o desenvolvimento do sentido crítico em relação a estereótipos sociais;
- b) *dimensão intelectual e cognitiva*, para selecionar e organizar informações, de modo a integrar criticamente as aprendizagens e enfrentar as múltiplas situações e desafios da vida;

- c) *dimensão psico-afetiva*, para orientar o desenvolvimento da autonomia pessoal e a consolidação harmônica da própria personalidade;
- d) *dimensão das relações interpessoais*, para favorecer a adoção de atitudes de participação no grupo e de respeito para com os outros;
- e) *dimensão ético-social*, para desenvolver o sentido de cidadania, de pertença a determinado grupo social, de acolhida do diferente e de cooperação na construção de um mundo mais habitável, justo, solidário e humano;
- f) *dimensão transcendente*, para comprometer-se na procura de respostas sobre o ser humano, a história e o mundo, abrindo-se à experiência religiosa na perspectiva de um projeto de vida mais amplo e feliz.

D - Formação em valores e atitudes

16. Para os educadores da RSE, a educação deve promover a autonomia do educando, tanto em seus aspectos intelectuais e cognitivos quanto de desenvolvimento afetivo, social e moral. Essa autonomia tem como pontos culminantes a construção da identidade da pessoa, a conquista de um conceito positivo sobre si mesma e a formulação de um projeto de vida vinculado a valores.

17. Tendo em conta essas tarefas, os educadores da RSE, em relação à *construção da identidade do educando como pessoa*, se propõem a estimular:

- a) a alegria pelo dom da vida, com cuidado pela saúde do corpo;
- b) a auto-estima e a sentimento de segurança pessoal, com consciência autocrítica;
- c) a independência e a liberdade, o sentido de responsabilidade, a capacidade de enfrentar as situações com critérios próprios e de resolver criativamente os problemas;
- d) a bondade, a integridade, a disposição de manter normas de conduta pessoal e de trabalho coerentes com as convicções próprias;
- e) a abertura para mudanças e para a formação continuada.

18. No âmbito do *relacionamento com os outros*, os educadores da RSE se propõem a intensificar:

- a) a capacidade de amar, de dar e receber afeto, sem vínculos de dominação ou de dependência;
- b) o respeito para com todos, expresso pelo modo cordial de acolher as pessoas e pelos sentimentos de apreço e de amizade;
- c) a valorização do grupo humano ao qual se pertence, da sua história e cultura, e o respeito pelas diferentes maneiras de pensar e pelas distintas sociedades e culturas, cultivando a tolerância e o espírito democrático;
- d) o sentido de justiça e de solidariedade, a preocupação com os problemas dos indivíduos e da sociedade; atitudes de serviço, diálogo e compromisso com a defesa dos direitos humanos, da paz, dos mais vulneráveis, da vida;
- e) a capacidade de viver em paz frente à incerteza, à ambigüidade e ao provisório.

19. Na *interação com o meio ambiente e a cultura*, os educadores da RSE se propõem a desenvolver:

- a) a consciência de que o patrimônio natural e social é um bem destinado a todos, merecendo, portanto, respeito e cuidado;
- b) a valorização crítica da contribuição científica e técnica e o apreço de sua função a serviço do ser humano;
- c) as habilidades necessárias para o uso crítico da mídia e das novas linguagens na sociedade do conhecimento, em vista de uma cultura de solidariedade e paz;

20. Na *abertura à transcendência*, os educadores da RSE se propõem a aprofundar:

- a) o interesse por descobrir o sentido da vida e da história;
- b) a confiança na pessoa e em suas possibilidades;
- c) a percepção das aspirações profundas do coração humano e das limitações da realidade para satisfazê-las;
- d) o reconhecimento dos questionamentos profundos levantados pela vida e pelo mundo, da insuficiência das respostas técnicas e de que nenhuma ciência consegue explicar totalmente a realidade;
- e) uma leitura cristã da história, da sociedade e do mundo.

21. É pensando em seus educandos e educadores, e tendo em conta esses valores e atitudes, que a RSE assume se compromete a oferecer às escolas que a integram os recursos pedagógicos essenciais à realização das metas propostas.

III. MARCO OPERATIVO - PRINCÍPIOS PSICOPEDAGÓGICOS

O projeto e os recursos pedagógicos produzidos e utilizados pela RSE não constituem um fim em si mesmos. Tendo em conta porém sua relevância para o processo educativo, são assumidos com toda seriedade possível, sob a ótica de um caminho em permanente construção. Escolas, diretora/e/s, professora/e/s, pais e aluna/o/s, assim como os autores dos livros e de outros materiais didáticos, no exercício de suas funções específicas, concorrem todos para a qualificação constante do projeto, de suas ações e produtos.

A - Princípios gerais

22. Os educadores da RSE entendem a educação como processo de construção e desenvolvimento pessoal pelo qual o indivíduo, relacionando-se com o ambiente, com os outros e com a sociedade, cresce e se constitui como pessoa. Nesse sentido, a educação ultrapassa o espaço da escola e incide sobre a totalidade da vida do educando.

23. Não há dúvida, contudo, de que a escola é um lugar privilegiado para o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas e para a análise crítica da sociedade. Por isso, os recursos pedagógicos da RSE:

- a) propõem atividades que favorecem a reflexão, bem como o uso estratégico das aprendizagens;
- b) diversificam os tipos de atividades;
- c) estimulam o trabalho em grupo cooperativo, a análise do contexto e do ambiente, a criatividade, a pesquisa, o sentido prático, o aprender a aprender;
- d) proporcionam a transferência de aprendizagens de uma situação para outra.

24. O material didático da RSE, que constitui um instrumento muito importante para a implementação deste projeto, será complementado por atividades comunitárias, sociais e religiosas, consideradas fundamentais para a educação salesiana, cuja operacionalização se dá mediante a construção dos outros dois elementos constitutivos do Projeto Educativo que são o *Diagnóstico* local e a *Programação* anual de cada escola: tarefas educativas que precisam contar com a efetiva participação dos integrantes da comunidade educativa local. Todos contribuem para a construção e realização desse projeto.

B - Princípios orientadores do processo de ensino-aprendizagem

25. O ensino é concebido pelos educadores da RSE como um conjunto sistemático de ações, cuidadosamente planejadas, ao redor das quais conteúdo e forma articulam-se permanentemente. As atividades permitem que professor e aluno compartilhem parcelas sempre maiores de significados em relação aos conteúdos do currículo escolar. O professor orienta suas ações para que o aluno participe em tarefas e atividades que o aproximem cada vez mais dos conteúdos que a escola tem para ensinar.

26. Dentro desta visão, conceitos como os de precisão, linearidade, hierarquia e encadeamento, tradicionalmente associados à organização do currículo e às atividades escolares, cedem lugar à teoria do conhecimento como rede de significados, o mesmo acontecendo com as teorias lineares que dão sustentação ao modelo tradicional de ensino, com seus pré-requisitos, etapas rígidas e formais de ensino e aprendizagem, cadeias de conteúdos e escalas de avaliação da aprendizagem.

27. Na perspectiva deste Marco Referencial, portanto, a apropriação de conhecimento acontece como um processo ininterrupto de transformação e de atribuição de significados e, ainda, de estabelecimento de relações entre esses significados. A cada nova interação com objetos do conhecimento, a cada possibilidade de diferentes interpretações, um novo ângulo se abre, significados se alteram, novas relações se estabelecem e possibilidades de compreensão são criadas. A apreensão de um conceito, idéia, fato ou procedimento se dá por meio das múltiplas relações que o educando estabelece entre os diferentes significados desse mesmo conceito. Assim, a compreensão do que é aprendido e sua estabilização como aprendizagem significativa dependem da qualidade e quantidade dessas relações.

28. Na prática escolar, essa perspectiva implica articular ensino e aprendizagem, conteúdo e forma de transmiti-lo, em um ambiente escolar cada vez mais favorável à aprendizagem. Nesse ambiente, todas as ações devem favorecer o processo múltiplo, complexo e relacional de conhecer e incorporar dados novos ao repertório de significados daquele que aprende, de modo que ele possa utilizá-los na compreensão orgânica dos fenômenos e no entendimento da prática social.

Avaliação escolar

29. A avaliação funciona como uma lente que permite focalizar o aluno, seus avanços e necessidades. O ensino do professor é regulado pela aprendizagem do aluno, que não pode ser medida unicamente por meio de uma escala numérica relativa a um período curto de tempo, com um momento pré-fixado para a avaliação.

30. A avaliação integra o próprio processo de trabalho do aluno no dia-a-dia da sala de aula, nos momentos de discussão coletiva e de realização de tarefas em grupos ou individuais. Nesses momentos pode-se perceber se o aluno está ou não se aproximando dos conceitos e habilidades considerados importantes. O professor pode ainda localizar dificuldades e auxiliar para que estas sejam superadas mediante intervenção, questionamento, complemento de informações ou busca de novos caminhos de aprendizagem.

31. É em razão disso que a avaliação não pode ser feita por meio de um único instrumento, nem se restringir a um momento apenas. Para avaliar de fato a aprendizagem de diferentes alunos, levando em consideração suas múltiplas competências e formas de aprender, seus bloqueios emocionais e seu envolvimento externo ao ambiente escolar, as ações de avaliação necessitam fornecer condições para que o professor analise, instigue, reflita, envolva-se e tome decisões e providências junto a cada aluno. Nessa perspectiva, aluno e professor se avaliam mutuamente.

C - Concepção curricular

32. O currículo explicita as escolhas antes mencionadas e as idéias que sustentam este Marco Referencial, operacionalizando a visão de cultura que se deseja promover na RSE. Concebido no contexto de um processo social específico, o currículo molda o projeto e, como tal, veicula pressupostos, concepções, valores e visões da realidade. Ele orienta as escolhas dos conteúdos e dos métodos de ensino, transformando práticas existentes ou qualificando-as.

33. Currículo e contexto influenciam-se mutuamente, o que faz, por exemplo, com que uma mudança curricular venha junto, ou até depois, de mudanças em contextos escolares. Uma mudança curricular, portanto, não se restringe a acrescentar, modificar ou eliminar conteúdos, disciplinas ou textos. Quer mudar a atitude ante o conhecimento e conscientizar o aluno a respeito de sua própria formação. Busca fazer da aprendizagem um processo de construção de significados, realiza novas atividades para que o aluno aprenda de outra forma e conecta as experiências prévias desse aluno com o conhecimento elaborado.

34. Assim, a elaboração do Marco Referencial e de seu currículo, para a RSE, mais que a simples redação de um novo plano, pretende alcançar a modificação simultânea dos contextos organizativos escolares, com suas disponibilidades materiais e com seus condicionamentos políticos e profissionais, estabelecidos ou presumíveis. Na prática, o plano curricular, que descreve o currículo escolhido pela RSE, busca indiretamente regular a estrutura de todo o sistema, as especializações e competências dos professores, a política de avaliação de resultados e a política de produção e consumo de materiais.

35. As experiências das escolas devem constituir a base de um projeto geral, uma vez que inovações, em educação, pressupõem um diálogo constante entre os agentes participantes, entre

idéias e comportamentos velhos e novos. O professor deve atuar com base num projeto coerente e coletivamente elaborado, evitando-se, assim, que estilos individuais acabem por determinar o funcionamento das escolas, especialmente quando experiências de trabalho integrado e cooperativo inexistem na realidade que se deseja modificar.

36. Planejar o currículo nos níveis político e administrativo consiste em selecionar parcelas de cultura básica para a formação de cidadãos, e isso exige que se esclareçam os critérios culturais, sociais e profissionais que justificam as opções feitas, derivando daí as medidas adequadas para torná-las viáveis na prática.

37. O plano curricular da RSE prevê a produção de material instrucional, escrito ou em outras configurações, para alunos e professores. Esse material é componente essencial deste Marco Referencial, uma vez que concretiza metodologias, conteúdos específicos, avaliação, tempos, espaços e recursos. Além disso, exige a formação continuada dos professores, da Coordenação Pedagógica e da Orientação Educacional no apoio e acompanhamento à utilização desse material. Exige, ainda, a colaboração de todo o ambiente educativo – com seus recursos humanos, suas atividades extra-curriculares e suas estruturas físicas – para o feliz êxito do *currículo oculto*.

Plano curricular

38. Os elementos fundamentais do plano curricular que configuram Marco Referencial da RSE dizem respeito à estrutura do sistema como um todo, ao trabalho coletivo e à especificação de áreas.

Estrutura do sistema

39. A escola é uma organização que exige regras para seu funcionamento. Daí, portanto, a importância de se explicitar, no plano curricular, a configuração das equipes Administrativa e Pedagógica. Nesse contexto, é indispensável uma atitude de convicção e determinação por parte da Coordenação e da Direção Pedagógica. É preciso evitar que a mudança seja entendida como simples intensificação do trabalho do docente, ou que fique restrita à interpretação de cada professor sobre o material didático. É preciso garantir, ainda, que a mudança seja acompanhada de perto pelas instâncias competentes.

Trabalho coletivo

40. Na escola, o estilo pedagógico dos educadores terá em conta uma visão da cultura em suas múltiplas dimensões e privilegiará a formação integral do aluno. Para isso, é imprescindível que o professor saiba atuar coletivamente, rompendo com o individualismo. Planejado pela escola, o trabalho coletivo tem a função de garantir a coerência de estilos pedagógicos, viabilizando o encaminhamento dos problemas educacionais e criando oportunidades para que toda a equipe de educadores pense sobre cada aluno.

41. O trabalho coletivo compõe um espaço de aprendizagem para a equipe mediante a partilha de experiências e a análise de dificuldades. Estimula-se, assim, a coordenação e integração entre os professores, impedindo o isolamento profissional e fazendo da escola um lugar de socialização, onde compromisso com a profissão e motivação para exercê-la fortalecem a existência de um projeto conjunto. Os exemplos de comunicação aberta e de solidariedade entre os professores

oferecem ocasiões para que a vivência da ajuda mútua possa torná-los co-responsáveis por esse projeto.

Especificação de áreas

42. A proposta salesiana, baseada na *razão, na religião e no amor educativo* – aspectos estes inter-relacionados, tanto nos fins e conteúdos como nos métodos e meios –, leva em conta, ao apresentar o currículo, a cultura herdada da humanidade e as questões atuais do homem e da sociedade.

43. A abordagem do conhecimento deve superar a educação meramente especializada ou acadêmica, para entender o aluno como ser uno e atendê-lo em suas diferenças. A proposta salesiana assume a pessoa em seu processo de individualização e socialização, valoriza as realidades terrenas, desenvolve o sentido crítico e cuida da preparação para a liberdade, para a vida e para o exercício profissional.

44. A organização em áreas tem por objetivo reunir os conhecimentos que compartilham os mesmos objetos de estudo e facilitar a comunicação e o desenvolvimento de uma prática escolar integradora e crítica. Com seus próprios conceitos, procedimentos, aplicações e modos de solucionar os problemas concretos, cada área viabiliza, na práxis, suas concepções epistemológicas e socioculturais.

45. A idéia de que o ensino deve ser compatível com essa formação ampla evidencia a necessidade de que, em cada aula de cada disciplina, se desenvolvam valores e linguagens, se realizem investigações e se apresentem contextos significativos. Além disso, cabe também às áreas específicas auxiliar o aluno a estabelecer as sínteses de cada uma de suas disciplinas a partir dos diferentes discursos e práticas.

46. As áreas aqui propostas são as mesmas dos PCNs, em especial os do Ensino Médio (PCNEM), com as devidas adaptações para o Ensino Fundamental e, também, tendo em conta a produção de material didático para a RSE.. São elas:

- a) *Linguagens e Códigos*: Língua Portuguesa;
- b) *Ciências da Natureza e Matemática*: Ciências e Matemática, Química, Física, Biologia;
- c) *Ciências Humanas*: Ensino Religioso, Geografia, História.

47. A organização por áreas fortalece o trabalho coletivo e torna indispensáveis tanto a atuação da Coordenação Pedagógica quanto a formação continuada do professor, aumentando a comunicação e o sentido geral de responsabilidade por esse projeto. O ensino e os materiais didáticos são pensados para permitir que essa integração se efetive. Desse modo, projetos e atividades mais globalizadas, que incluem o desenvolvimento de várias habilidades e conectam conceitos e contextos diversos, constituem parte integrante da metodologia desta proposta de plano curricular para a RSE.

48. No entanto, este projeto prevê que a integração entre as disciplinas e áreas se faça por meio do ensino para o desenvolvimento de habilidades comuns, que constituem metas a ser seguidas pelo material didático, por todas as dimensões da escola e por todos os profissionais envolvidos. As habilidades comuns são as seguintes:

- a) *leitura e interpretação de diferentes linguagens*: textos narrativos, poéticos e informativos; mapas, fotos, gravuras, documentos de época, desenhos, gráficos, tabelas etc.;
- b) *escrita*: produção de textos em diversas linguagens; organização e registro de informações;
- c) *expressão oral*: exposição clara de idéias e argumentação coerente; análise da argumentação alheia;
- d) *análise e interpretação de fatos e idéias*: coleta e organização de informações; estabelecimento de relações; formulação de perguntas e hipóteses;
- e) *mobilização de informações, conceitos e procedimentos em situações diversas*.

49. Além disso, tendo em conta a caracterização das áreas e a responsabilidade na formação do aluno para o mundo das informações em rápidas e constantes mudanças, todas as disciplinas incluem educação tecnológica e se utilizam de recursos das novas tecnologias da informação e da comunicação.

50. Ainda visando à formação integral do aluno, destaca-se a importância de que até a quarta série o professor que ministra as aulas das disciplinas do núcleo comum (Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Ensino Religioso) seja polivalente. A polivalência, nessa fase, visa a evitar a fragmentação dos conteúdos e do tempo, além de ampliar as possibilidades de acompanhamento do aluno.

51. A polivalência contribui ainda para favorecer o estabelecimento de vínculos mais efetivos entre professor e aluno, bem como a tranquilidade e calma de que precisam para criar um ambiente de trabalho marcado pela valorização do conhecimento e da relação entre as pessoas. Isso não exclui a possibilidade da presença de professor específico para algumas disciplinas.

52. Em respeito às características de cada escola e região, as grades curriculares locais devem sofrer um mínimo de interferência por parte da coordenação da RSE. No entanto, algumas exigências se fazem necessárias, tanto em função do princípio de integração do conhecimento em áreas quanto da aproximação desta proposta aos PCNs. Nesse sentido, no Ensino Fundamental, Matemática passa a abranger Desenho Geométrico, e Ciências, os conhecimentos de Biologia, Física e Química. No Ensino Médio, deixam de existir as chamadas “frentes”, passando cada disciplina a abranger os diferentes ramos que ordinariamente a constituem.

53. Educação Física, Educação Artística, Filosofia, Sociologia, Psicologia e Língua estrangeira são assumidas de forma muito diferenciada nas várias regiões do Brasil. Por isso, embora presentes nas preocupações da Equipe Pedagógica da RSE, não receberão, no primeiro momento de implantação deste projeto, o mesmo tratamento que as demais disciplinas do currículo.

D - Organização dos conteúdos

54. A organização dos conteúdos é pensada a partir da realidade das escolas e leva em conta suas especificidades e as situações locais. Em cada caso, porém, prioridade deve ser dada às necessidades de aprendizagem e ao desenvolvimento do aluno.

Conteúdos mínimos

55. Os conteúdos mínimos de cada área do currículo têm como base as indicações dos PCNs. Tendo isso em conta, a escolha e inserção de determinado conteúdo deve priorizar elementos básicos para a iniciação do aluno no meio em que vive, capacitando-o a pautar a própria vida e a participar em uma sociedade solidária e democrática.

56. Além dos conceitos específicos, constituem conteúdos mínimos do currículo a aprendizagem e o exercício de habilidades comuns a todas as áreas (ver n. 51). Este, aliás, é um dos pontos de diferenciação deste projeto: a relação entre as disciplinas é garantida de forma natural pelo trabalho de todas elas em função do desenvolvimento dessas habilidades, essenciais tanto para a aprendizagem na escola quanto para fora dela. Todas as áreas e matérias, cada qual com suas linguagens e formas textuais próprias, devem suscitar, por exemplo, a formação do leitor e do escritor, cuidando todas elas para que o aluno, como ser uno, se aproprie de uma das chaves que lhe permitirá ser um cidadão produtivo e crítico, capaz de compreender e transformar a cultura e a sociedade.

57. Outra habilidade a ser valorizada por todas as disciplinas é a da pesquisa. Diretamente relacionada à leitura e à escrita, deve ser entendida não como simples coleta de informações, mas como aprendizagem das diferentes formas de se fazê-lo. A pesquisa pressupõe a capacidade de escolha e decisão sobre o que é e o que não é adequado, assim como de interpretação crítica dos dados levantados.

58. Especificamente, com relação ao Ensino Médio, é importante destacar que a Lei de Diretrizes e Bases e a Resolução 30 do Conselho Nacional de Educação evidenciam que cada escola dispõe de liberdade para orientar 25% de seu currículo em função de sua identidade, desde que organicamente relacionados às disciplinas e aos objetivos das áreas que compõem a parte comum do currículo.

Conteúdos expandidos

59. A proposta educativa salesiana enfatiza a importância das relações de respeito, reciprocidade e solidariedade. Aliados aos princípios dos PCNs, esses valores servem como justificativa para a ampliação dos conteúdos de ensino, de modo transdisciplinar. Ou seja, além de ensinar os conteúdos específicos, a escola é co-responsável pelo desenvolvimento de atitudes que permitam ao aluno aprender a aprender. Não se trata, portanto, de moldar mentes ou adaptá-las às condições da escola, mas de formar posturas adequadas para a aprendizagem, na escola e fora dela. A escola é co-responsável, ainda, pelo cultivo dos valores da vida e da paz.

60. A dimensão cultural da sociedade deve ser contemplada no currículo sob a forma de atividades específicas. O estudo de temas atuais não pode ser reduzido a meras apresentações folclóricas. A literatura, a arte, a música, o esporte, a ciência, a tecnologia, a história, o conhecimento do meio, os problemas sociais, o cinema, o mundo do trabalho e a simples leitura recreativa não podem, por seu lado, ficar limitados ao material escrito dos livros-texto, nem tampouco ser vistos como meras atividades à margem das disciplinas. O calendário escolar e o planejamento das matérias devem incluir atividades culturais significativas, enriquecendo com isso a concepção de currículo aqui proposta.

E - Tempos e espaços

61. A escolha dos tempos e espaços dedicados ao ensino é uma decisão importante, com conseqüências práticas para a aprendizagem. Nesse sentido, as grades horárias e as estruturas físicas da escola devem ser analisadas e otimizadas, para que as indicações deste projeto possam se desenvolver adequadamente. É ainda necessário observar o seguinte:

- a) as aulas que exigem maior concentração e reflexão devem ser ministradas nos primeiros horários do dia;
- b) as aulas devem ter duração mínima de 50 minutos a partir da quinta série do Ensino Fundamental;
- c) a partir da quinta série do Ensino Fundamental, as disciplinas com maior carga horária devem ter alguma aula dupla, criando condições de tempo para a realização de atividades mais complexas;
- d) o planejamento escolar deve prever tempo para o trabalho coletivo e para a formação continuada dos professores relativa à implantação deste projeto;
- e) o sistema de avaliação passa a ser semestral para a primeira série e em três etapas para as demais séries do Ensino Fundamental e Médio;
- f) o tempo para as atividades culturais também deve ser previsto na grade curricular;
- g) a escola deve reformular seus espaços à luz das propostas do material didático: bibliotecas; laboratórios de informática; laboratórios de física, química e biologia, bem como mobiliário adequado para atividades que exigem diferentes formas de organização da classe (individual, duplas, grupos).

4. A RSE A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO

62. Como animadora das comunidades educativas, a RSE oferece subsídios e propostas que contemplam a formação dos educandos, a formação dos educadores e o apoio aos pais, tendo como ponto de partida os princípios antes nomeados.

A - Formação dos educandos

Livro didático

63. O material didático da RSE assume em todos os sentidos um papel fundamental neste projeto, por se tratar de um dos instrumentos principais para sua implantação, além de suscitar a formação continuada dos professores e de garantir a apropriação do conhecimento pelo aluno. A preocupação com os princípios aqui explicitados perpassa tudo o que é produzido para o professor e o aluno, de tal forma que o material didático torna visível, concretiza e confere unidade a este Marco Referencial.

Formato do material

64. O material didático é composto pelo texto para o aluno e por material específico para uso do professor. Integrados e interdependentes, ambos são elaborados, inicialmente, para impressão em formato de livro.

Autores

65. Os autores selecionados pela Equipe Pedagógica da RSE, além do conhecimento em áreas específicas, apresentam comprovada capacidade de escrita de material instrucional e afinidade com os princípios pedagógicos e educacionais do Sistema Preventivo Salesiano. Realizam um trabalho coletivo e orgânico, alimentado por reuniões e seminários e pela participação em equipes por matéria, por série e por área, em constante diálogo entre si e com as propostas da proposta educativa salesiana.

Elaboração

66. A elaboração do material didático para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio está programada para durar quatro anos (2004-2007), sob a supervisão direta das equipes Pedagógica e Editorial. Um grupo de leitores críticos acompanha todo o processo.

Seleção de conteúdos

67. Responsáveis pela seleção dos conteúdos de sua disciplina ou área e pela redação do material didático, os autores, nessa sua tarefa, observam os seguintes elementos:

- a) a base para a elaboração do material são o Marco Referencial e os PCNs;
- b) o material didático explicita os conteúdos selecionados para uma determinada disciplina e as justificativas dessa escolha;
- c) a seleção não se dá numa perspectiva conteudística, nem de uma simples preparação do aluno de uma série escolar para outra, estando fundamentalmente orientada para a construção contínua de conceitos, habilidades, técnicas e estratégias;
- d) a opção não é por uma carga muito grande de informações em um programa sobrecarregado, mas pelo tratamento em maior profundidade de aspectos essenciais e formativos, propiciando mais oportunidades de compreensão e de desenvolvimento de todos os conteúdos selecionados, incluídas as habilidades comuns;
- e) a organização dos conteúdos no material didático deixa claros os pontos de referência, as idéias nucleares, a seqüência e a ordem de desenvolvimento desses conteúdos, sob a ótica da concepção de conhecimento defendida neste projeto.

Outras publicações

68. A Editora Salesiana, em sintonia com as equipes Pedagógica e Editorial e mediante convênio celebrado com a RSE, é responsável pelo desenvolvimento do plano de publicações, impressas ou não, para subsidiar a realização das metas estabelecidas na proposta educativa salesiana.

B - Formação dos educadores

69. A RSE renova sua política de formação continuada. O plano de formação continuada trabalha as conseqüências do impacto das mudanças nos professores, reocupa-se com o estabelecimento de interlocução com os docentes das escolas, promove o engajamento de cada docente na proposta curricular pedagógica, fomenta o envolvimento do professor no desenvolvimento do currículo e, ainda, facilita seu acesso a fontes e recursos de conhecimento externos à escola.

70. A RSE conta, ainda, com a efetiva parceria pedagógica das Instituições Salesianas de Educação Superior, presentes em todas as regiões do Brasil. Além da oportuna assessoria para a educação fundamental e média, essas instituições oferecem permanentemente subsídios e apoio para a formação continuada dos profissionais da RSE.

71. Os Gestores dos Pólos da RSE assessoram a implantação do plano de formação continuada em nível regional.

C - Apoio aos pais

72. Além da assessoria das Instituições Salesianas de Educação Superior, a RSE mantém parceria com a Editora Salesiana na consolidação de uma linha editorial voltada especificamente para a formação da família. Subsídios e publicações da Editora Salesiana, e também de outras editoras, serão oferecidos constantemente aos participantes da RSE.

5. AVALIAÇÃO PERMANENTE

73. Pela dinamicidade, amplitude e complexidade deste Marco Referencial, sua implantação e desenvolvimento exigem acompanhamento e avaliação permanente. Esse processo conta com o efetivo e competente trabalho das equipes Editorial, Pedagógica, Administrativa e de Comunicação da RSE, articuladas por um Plano Orgânico Operativo comum e pela coordenação nacional dos salesianos e salesianas do Brasil.

74. A atitude de abertura para uma avaliação permanente preside e acompanha toda a construção e desenvolvimento desse processo educativo. A revisão periódica deste Marco Referencial é uma ação estratégica para o desenvolvimento da RSE.

Bibliografia

Barbie, Jean-Marie. *A avaliação em formação*. Porto: Edições Afrontamento, 1985

Boutinet, Jean-Pierre. *Antropologia do projecto*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

Carvalho, Adalberto D. *A educação como projeto antropológico*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, 2. Ed.

Charlot, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Hadji, Charles. *A avaliação desmitificada*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Machado, Nilson J. *Epistemologia e Didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente*. São Paulo: Cortez, 1995.

Perrenoud, Philippe. *Pedagogia diferenciada: das intenções à ação*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Sacristán, J. Gimeno, Gómez, A. L. Pérez. *Comprender y transformar la enseñanza*. Madrid, Morata, 1997

Sacristán, J. Gimeno. *Poderes instáveis em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Smole, Kátia C. S. *Inteligência e avaliação: da idéia de medida à idéia de projeto*. Tese de doutoramento apresentada à FEUSP em maio de 2002.

A pedagogia de Dom Bosco em seus escritos. São Paulo, Editora Salesiana, 2004.

Cisbrasil e CIB. *A Família Salesiana e a nova escola no continente americano*. São Paulo, Editora Salesiana, 2001.

Cisbrasil e CIB. *Releitura do Sistema Preventivo a partir da ótica da reciprocidade*. São Paulo, Editora Salesiana, 2001.

Cisbrasil e CIB. *Proposta de educomunicação para a Família Salesiana*. São Paulo, Editora Salesiana, 2001.

Cisbrasil e CIB. *Educação sociopolítica para uma cultura da vida e da solidariedade*. São Paulo, Editora Salesiana, 2001.

Cisbrasil e CIB. *Escola salesiana includente em chave evangelizadora*. São Paulo, Editora Salesiana, 2001.

Bosco, Terésio. *Dom Bosco: uma biografia nova*. 6ª ed. São Paulo, Editora Salesiana, 2002.

Braido, Pietro. *Prevenir, não reprimir*. São Paulo, Editora Salesiana, 2004.

Portelli, Alessandro (coord.). *República dos sciuscià: a Roma do pós-guerra na memória dos meninos de Dom Bosco*. São Paulo, Editora Salesiana, 2004.

São João Bosco. *Memórias do Oratório de São Francisco de Sales*. 3ª ed. São Paulo, Editora Salesiana, 2005.

¹ CEC 2003, N. 81

² Cf. *Piano di Relogamento per l'Oratorio, 1854 (Apud MB II, 46)*

³ MB XIII, 919